

TEORIA E PRÁTICA



Subsídios para o debate sobre a relação entre teoria e prática no circuito das pastorais populares

Regina Célia Reyes Novaes

Explícita ou implicitamente, a discussão acerca da relação entre saber acadêmico e conhecimento advindo de uma prática político-religiosa tem estado presente, ao longo destes quase vinte anos, tanto na produção intelectual específica ao espaço das pastorais quanto nos espaços universitários nos quais as comunidades eclesiais de base (CEBs) tornaram-se objeto de estudo.

O modelo de Igreja que pretende ligar fé e vida propõe “uma teoria que nasça da prática”, da vivência, da experiência, da caminhada do povo. O agente de pastoral — denominação dada a padres, religiosos

ou leigos que se engajam neste projeto — deve ser apenas um veículo, um instrumento para “dar voz a quem não tem voz”.

Esta proposta pode ser vista por dois ângulos. Por um lado, vamos considerar sua viabilidade em situações concretas. Por outro, suas repercussões no campo político que se configurava no país na década de 70.

Os agentes desejavam ser invisíveis. Porém, ainda que fosse possível que os agentes deixassem suas certezas do lado de fora do “trabalho de base”, o próprio papel que desempenhavam neste trabalho educa-

tivo tornava-os menos um veículo, um instrumento e mais mediadores específicos que deixavam sua marca neste trabalho. Isto é, o próprio papel que ali desempenhavam, estimulando a prática de discussão e reflexão, criticando a pedagogia tradicional discursiva e não-participativa, tornava impossível a realização do desejo de invisibilidade.

Geralmente oriundos de outra classe social, a ação dos agentes de pastoral, e também de seus assessores, esteve sempre mediada por sua concepção de mundo, princípios, doutrinas e conhecimentos anteriores. Assim como entre aqueles agentes de pastoral, originários das classes populares, estavam aqueles que aprenderam um código particular também pertencente ao saber dominante. Sistematizar os depoimentos ou fazer a amarração final nos encontros exige não só um conhecimento técnico-metodológico específico mas também revela uma concepção de prioridades entre os problemas arrolados e uma ênfase relativa entre o que é principal e o que é secundário.

Nesta perspectiva estiveram abolidos os termos escola, curso, professor, aluno, aula etc. Nos grupos de reflexão, nos encontros, assembleias, reuniões de comunidade falava o “povo” e não apenas aqueles que eram considerados líderes. Embora no estímulo à participação não estivesse garantida a invisibilidade dos agentes ou assessores, torna-se necessário perceber quais foram as repercussões desta proposta de dar voz a quem não tem voz no campo político e também no meio universitário.

Linguagem comum — Foi esta proposta que permitiu que os intelectuais da Igreja (agentes de pastoral, assessores e hierarquia eclesial) trouxessem à luz do dia as lutas sociais que ocorriam no campo e na cidade forjando uma linguagem comum para movimentos diferentes e distantes entre si e forjando, ao mesmo tempo, as bases de uma teoria destes movimentos. Uma teoria que

não se pretendia “teórica”, a “teoria da caminhada do povo”.

Não vou entrar aqui em uma discussão sobre quem veio primeiro (o ovo ou a galinha?): o conjunto das lutas sociais que se convencionou chamar “movimento popular” ou a ação pastoral do setor progressista da Igreja Católica. Um não se explica sem o outro. Embora o trabalho da Igreja não tenha sido o único propulsor de toda a gama de movimentos sociais que eclodiram na década de 70 e no início da década de 80, as categorias geradas no interior desta ação contaminaram a classificação e conceitualização do conjunto. Para tanto, contava o espaço da Igreja Católica nos meios de comunicação e contava, sobretudo, o caráter de oposição ao regime militar. A crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista excludente e cerceador das liberdades democráticas tornava a categoria “povo” mais descritiva que analítica, útil para reunir o conjunto dos segmentos em conflito.

Mas o que é mais importante reter aqui diz respeito ao fato de uma determinada conjuntura política e econômica — via Igreja — permitir que lutas sociais as mais diversas se dessem a conhecer sem uma prévia classificação sobre sua maior ou me-

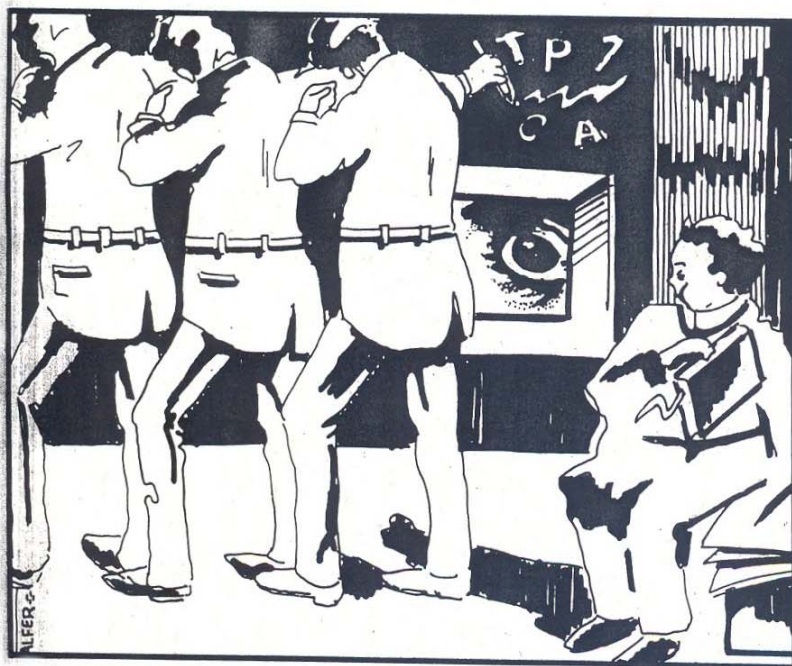
nor importância estratégica, já que a teoria deveria nascer da prática. Afinal, a Igreja Católica — pós AI-5 — era a única instituição de peso na sociedade brasileira que podia ir ao povo e se gabar de não estar atrelada ao Estado.

Linguagem dos movimentos — É preciso lembrar que o projeto de construção de uma Igreja dos pobres e oprimidos no Brasil ganha consistência e importância ao mesmo tempo em que, sob o regime militar, nacionalmente, grupos e personagens da esquerda faziam autocrítica da perspectiva vanguardista — que reconheciam presente em sua prática no pré-64 ou pré-68.

Valorizar o saber do povo em oposição à teoria previamente e/ou academicamente formulada tornou-se a marca da atuação da fração progressista desta Igreja que conquistou, naquela conjuntura, a simpatia de muitos aliados do mundo político e do mundo acadêmico.



O modelo de Igreja que pretende ligar fé e vida propõe uma “teoria que nasça da prática” em que o agente de pastoral deve ser apenas um instrumento para “dar voz a quem não tem voz”



Neste contexto os intelectuais das CEBs criticavam a injeção de teoria vinda de fora, de acordo com a prescrição leninista. Criticavam também os intelectuais que produziam um saber descolado da realidade.

Na década de 70 “estar colado no movimento” fez com que a legitimidade da ação social da Igreja/povo de Deus atingisse a própria universidade, por ela tão criticada. Nesta época havia quase unanimidade no mundo acadêmico na valorização desta experiência religiosa que se destacava em uma sociedade civil desarticulada e sob regime militar.

Na metade da década de 70, as CEBs ganharam status de objeto de estudo.

Houve um encontro peculiar entre a linguagem utilizada pelos movimentos que se deram a conhecer e o vazio de conceitos existente entre estudiosos de tradição marxista para analisar situações de luta não pro-

priamente revolucionária ou de resistência à ditadura. Muitas vezes a linguagem (a fala) dos movimentos, suas categorias de pensamento, ocupou lugar de conceitos explicativos.

À realidade da ditadura opunha-se a busca de *cidadania*. À realidade da política clientelista que atrelava sindicatos a partidos (pré-64), sindicatos e associações às prefeituras e Estado opunha-se a busca de *autonomia*. Em oposição ao vanguardismo, dirigismo e cupulismo propunha-se a busca de *democracia participativa* interna.

Cidadania, autonomia e democracia interna apareceram em muitos trabalhos, então, como conceitos explicativos do caráter dos movimentos sociais, seja quando (nas conclusões dos trabalhos) havia um veredito favorável às CEBs, seja quando havia críticas e o lembrete de como elas deveriam ser.

O projeto de construção de uma Igreja dos pobres ganhou consistência ao mesmo tempo em que, sob o regime militar, grupos de esquerda faziam autocrítica da perspectiva vanguardista



Carlos Rojas Nino

Transição democrática? — No início da década de 80, contudo, o papel da Igreja e das pastorais populares não era mais consenso. Em tempo de reorganização partidária e explicitação de correntes no interior do movimento sindical, as opiniões se dividiram. Usando termos mutuamente acusatórios em torno das CEBs, ou do trabalho de Igreja, opuseram-se populistas e positivistas.

Esquemáticamente, para os que, de dentro, acreditavam em um processo irreversível da caminhada do povo, as CEBs, e os outros espaços sociais conquistados a partir delas, eram sinais evidentes dos passos dados.

Para os que criticavam o reformismo e a idealização destas organizações, tornava-se necessário lembrar sua funcionalidade, como estratégia de reprodução, para uma igreja transnacional, hierárquica e poli-

classista. E, principalmente, incomodava seu sectarismo em um momento de negociação para a transição democrática.

A ênfase na comunidade e a negação da delegação de representação sindical e política levaram certos autores a aproximar esta forma de fazer política (própria do setor progressista da Igreja Católica) do populismo clássico.

O estranhamento que estes críticos manifestaram, ao ver categorias científicas (basicamente marxistas) ao lado de razões morais (basicamente teológicas) nos documentos e análises produzidos no âmbito das pastorais, deu lugar a que fossem chamados por seus interlocutores (os populistas) de positivistas.

O alcunha positivista pretendia apontar para certos desvios acadêmicos de marxistas que teriam se esquecido da dialética, enquanto eles próprios — embora criticassem qualquer primazia da teoria sobre a prática — utilizavam a teoria marxista

como ferramenta para conhecer a realidade do capitalismo.

O subtexto deste debate poderia ser encontrado nas discussões sobre as formas de participar da campanha das eleições diretas, sobre a ida ou não ida ao Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo/Sarney, sobre a participação/não participação no governo Sarney. Este debate esteve vivo até os primeiros dois anos da “nova República”. Posteriormente, esgotadas as possibilidades de amplas alianças no bojo da transição conservadora, as posições se matizaram. E, de certa forma, as partes acabaram mutuamente (mas nem sempre explicitamente) reconhecendo parcelas de razão em seus adversários intelectuais para a questão em jogo.

Teoria da caminhada — A “teoria da caminhada do povo” trouxe consigo velhos e novos elementos. Por um lado, ao falar de libertação, trazia à tona a conhecida escadinha (comunidade/associações/sindicato/partido) em uma perspectiva linear e cumulativa bastante próxima da teoria clássica que pretendeu negar. Por outro lado, o fato de estar colada nos movimentos sociais exigia que se cometessem certas heresias em relação a uma leitura ortodoxa desta mesma chamada teoria clássica. Isto é, acabava por valorizar grupos sociais e lutas específicas que talvez fossem desprezados em outros contextos em que era inabalável a certeza de predestinação histórica da vanguarda do proletariado para a superação do capitalismo. Além do mais, as pastorais, promovendo seu recorte próprio, faziam encontrar lideranças do campo, da periferias urbanas, das fábricas etc para trocar experiências de forma inédita em nossa história.

Novos espaços foram conquistados e neste processo os cristãos, provenientes das CEBs, os ocuparam. Mas, nos sindicatos, central sindicais e partidos, eles se depararam com concorrência de “tendências” políticas e/ou sindicais e se deram conta de que a teoria da caminhada e as categorias cidadania/autonomia/democracia interna (embora fosse sua marca distintiva no campo político-sindical) já não bastavam para dar conta dos novos embates.

Pedro Ribeiro de Oliveira, em artigo inédito intitulado *A Igreja d*

pobres e a atividade político-partidária, considera esta questão no âmbito do partido político. Considera o autor que os cristãos vindos das CEBs são a maioria no PT e nos sindicatos combativos. No entanto, não chegam à sua direção, podendo ser até cooptados por tendências que lhes ofereceriam melhor formação política. O autor atribui esta fraqueza à falta de formação teórica. Entendendo formação como capacitação para analisar a realidade e tomar decisões teóricas, o autor propõe uma escola que dê conta de um empreendimento teórico extremamente exigente. Os responsáveis pela formação política dos dirigentes populares deverão: 1) manejar perfeitamente as categorias dialéticas de análise; 2) dominar o conhecimento da história das lutas populares; 3) desenvolver o método Paulo Freire para a educação política superior; e, 4) articular teoricamente a concepção materialista da história e do saber popular latino-americano (inclusive em sua dimensão religiosa que não se reduz ao cristianismo).

Esta proposta de Pedro de Oliveira é apenas uma entre outras que aparecem no âmbito das pastorais. Hoje parece um consenso, entre aqueles que nos anos 70 defendiam a teoria que nasce da prática, a necessidade de formar, capacitar lideranças nos termos exigidos pelas demandas e regras do campo político e sindical.

Proliferam as experiências de escolas ou cursos de formação ligados direta ou indiretamente a setores da Igreja Católica, assim como ampliam-se as possibilidades de entendimento com setores da universidade que poderiam ser úteis à esta formação.

Há concordância na necessidade de formação política; fala-se correntemente em estudo teórico, em conteúdos. Já se procura evitar que os depoimentos sejam longos e repetitivos. Não há muito tempo a perder. É necessário aprimorar um instrumental de análise. Este deve sempre ser pensado e repensado a partir da prática, mas não dispensa a busca de aprofundamento teórico.

Contudo, ao se concretizar esta perspectiva, corre-se o risco de explicitar-se certo distanciamento entre intenções e o próprio conteúdo desenvolvido. Como afirma Cláudio Peroni, em artigo intitulado *Pastoral po-*

pular e movimentos sociais (*CADERNOS DO CEAS*, 119): "Mesmo quando os agentes ou assessores pretendem não trabalhar com preconceitos ideológicos das concepções vulgares ou doutrinárias do marxismo, os pressupostos básicos dos seus projetos e cursos de formação são quase sempre a luta de classes que implica a existência de uma força (classe) localizada no centro da produção e capaz de transformar a sociedade através da luta, a partir de um projeto prévio. Hoje isto parece não dar conta da realidade toda, pluralista e particular, múltipla e fluida".

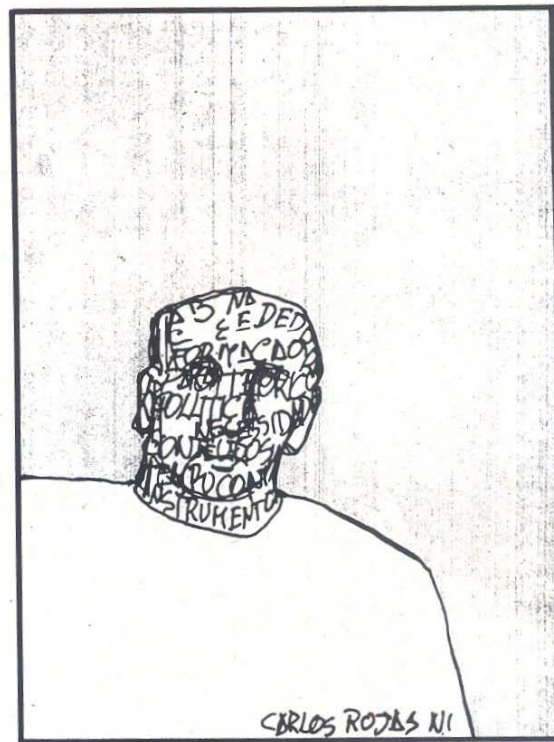
De fato, examinando os programas dos cursos e a preferência que muitas vezes se dá a "assessores didáticos", pode-se notar que, apesar de toda negação da teoria/camisade-força, em muitos espaços de pastoral procura-se a teoria que sirva a nossa prática.

Fala-se, às vezes, sobre teoria de maneira tão substantivada e escatológica quanto os marxistas oficiais ortodoxos falavam há tempos. Por ve-

É preciso evitar a teoria da previsão histórica por antecipação. A teoria pode clarear a realidade, mas não pode evitar que a ação política se faça proposta e risco

zes, esta expectativa dificulta o diálogo da pastoral com certos aliados da academia, ainda que lhes dê acesso a outros. Quando pessoas da pastoral chegam hoje às universidades buscando prover seus espaços com aprofundamento teórico, não encontram mais um setor que monopolize a cientificidade da teoria marxista. Encontra correntes de pensamento que se consideram de tradição marxista mas que questionam — cada qual de sua forma — a previsão histórica por antecipação. Ou seja, a teoria que dá lugar à dúvida, que não é normativa, que pode clarear a realidade, mas não evita que ação política se faça sempre por aposta e risco. Mas como há sempre ortodoxias de plantão, às vezes é mais cômodo se aproximar delas.

Qual é o risco? Perder o legado mais importante que a teoria da caminhada do povo deu aos anos 70.



Nesta ocasião, um Brasil desigual, multifacetário, com especificidades regionais e intra-regionais veio à tona através das lutas de trabalhadores que tinham em comum principalmente seus antagonistas: o Estado e as diferentes formas de capital que os subordinava. Hoje, exige-se que para toda essa multiplicidade haja uma teoria afirmativa e esquemática. Corre-se o risco, então, de abrir mão das "heresias" e com elas de experiências sociais recentes que poderiam clarear a compreensão dos fluxos e refluxos do processo histórico ou, se quiserem, clarear os inevitáveis tropeços da caminhada.

Regina Célia Reyes Novaes, antropóloga, é professora do IFCS/UFRJ, assessora do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI e integrante do conselho editorial de *Tempo e Presença*.